

Aula 7

Bibliografia Específica

- 📖 CASTRO, Ivo. Introdução à História do Português. Lisboa: Edições Colibri, 2004. 2a ed, 2006.
- 📖 CASTRO, Ivo. Curso de história da língua portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. .
- 📖 GOMES, Saul António. A chancelaria régia de D. Dinis: breves observações diplomáticas. In Fragmenta Historica: História, Paleografia e Diplomática, Centro de Estudos Históricos/FCT, 2013.
- 📖 OSÓRIO, Jorge A. D. Dinis: o rei, a língua, e o reino. Máthesis 2, 1993.
- 📖 TEYSSIER, Paul. História da Língua Portuguesa. Lisboa: Sá da Costa, 1997. [Capítulo 1: Do latim aos primeiros textos do galego-português.]

I. O português escrito a partir da segunda metade do século XIII

Sobre a documentação esparsa do início dos 1200 – relembrando (aula 6):

Castro, 2004:

Documento da chancelaria de D. Afonso II: 1 (testamento de Afonso II)

Documentos da chancelaria de D. Afonso III: 26

1255	2 docs.
1260	1
1266	1
1269-1279	22

“A produção frequente de documentos em português é conhecida a partir da segunda metade do séc. XIII: em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de Afonso III, embora uma parte se mantenha em latim, e é só em 1279, com D.

Dinis, que se torna sistemático o uso do português como língua dos documentos emanados da corte, uso que progressivamente é imitado pelos restantes centros produtores. (...)

Ou seja: na verdade é apenas nos dez últimos anos do reinado de Afonso III, e precedendo a sua oficialização no reinado seguinte, que se alarga e consolida o uso escrito da língua portuguesa nos documentos do governo, após experiências que têm de ser consideradas como esporádicas. Como, afinal, todas as outras experiências anteriores de que temos tido conhecimento”.

Gomes, 2013:

“D. Dinis teve um longo reinado e uma chancelaria muito produtiva. Não dispomos de números absolutos que nos permitam apresentar os quantitativos de atos redigidos pela chancelaria deste soberano. O Livro II da sua chancelaria, já mencionado, arrolando atos sobremodo para os anos de 1291 a 1295, posto que com alguns diplomas de anos anteriores e posteriores, compila um total de 542 diplomas. Bernardo Sá Nogueira referenciou um corpo documental dionisino, nos livros de registo da chancelaria deste monarca, composto por **2950 atos**. O mesmo autor contabilizou 1343 apresentações de clérigos em igrejas de padroado real para os anos de 1279 a 1321. No antigo cartório do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, hoje na Torre do Tombo, de todos os reis medievais portugueses, é D. Dinis o que mais se documenta em número de diplomas subsistentes”.

Osório, 1993:

“o reinado dionisino foi suficientemente longo [] para que o monarca português pudesse concretizar uma sequência de iniciativas e de actos políticos que permitiram fixar e institucionalizar alguns dos aspectos fundamentais do país nos 700 anos seguintes. Em termos de política externa há que destacar a assinatura do Tratado de Alcanices em 1279; em termos de política interna, o impulso dado a aspectos do desenvolvimento económico do reino, **a criação dos Estudos Gerais em 1290**, a

nacionalização das Ordens militares, com a criação da Ordem de Cristo, o lançamento das bases de uma verdadeira administração interna contextualizada pela difusão crescente da influência do direito romano, que será factor fundamental para a estruturação do Estado e para o progressivo afastamento de uma configuração estritamente senhorial, como se tornará mais evidente no séc. XV.” (...)

“Este movimento deve ser visto na sua sequência histórica. D. Afonso III seguiu uma estratégia de domesticação da fidalguia, favorecendo uma nobreza de corte, submissa e fiel, aspecto com que de certeza se devem relacionar tanto o impulso dado ao cultivo da poesia galego-portuguesa, agora cada vez mais acolhida na corte do rei, ao invés do que sucedera até então, como a tradução para português da Demanda do Santo Graal, toda ela imbuída de dimensões doutrinárias das quais a menor não terá sido certamente o exemplo da corte arturiana, onde o rei aparecia servido por uma aristocracia guerreira submissa. Mas o interessante é notar que, se em 1319 [?] o infante D. Afonso incluía no seu grupo de apoiadores elementos da fidalguia de corte, da segunda ou terceira nobreza e sobretudo filhos segundos ou bastardos, nomeadamente da área a norte do Mondego, D. Dinis aparece-nos buscando o apoio dos concelhos por um lado e, por outro, de alguns elementos de uma fidalguia menor, mas que tem a característica de **se centrar na área de Lisboa**”.

II. Formação do espaço nacional da língua portuguesa

A Reconquista portuguesa



Tomada de Lisboa, 1147

Tomada de Évora, 1168

Tomada de Faro, 1249

Mapa de Teysier (1997)

Cf. Apontamentos: Formação do espaço nacional da língua portuguesa